

Recebido em 28/02/2023 e aprovado em 26/05/2023

ENTREVISTA COM ROGÉRIO AKITI DEZEM

Rogério Akiti Dezem é Bacharel (1998), Licenciado (1999) e Mestre (2003) em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Fez parte do Projeto Integrado Arquivo do Estado/Universidade de São Paulo (PROIN/USP) entre 1997 e 2003, assim como do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER/USP) entre 2004 e 2007. Publicou dois livros, bem como vários artigos acadêmicos, relacionados à história da imigração japonesa no Brasil. Leciona no Departamento de Português da Universidade de Osaka (Japão) desde 2010.

Richard Gonçalves André: Você poderia discorrer sobre a sua trajetória acadêmica?

Rogério Akiti Dezem: Atualmente, moro e trabalho no Japão, mas, na verdade, eu nunca havia imaginado que seria professor, historiador ou que moraria aqui. Há quase trinta anos, quando comecei na universidade, não possuía essa ideia ou plano de carreira. Ou seja, antes de entrar no mundo acadêmico e cursar História, área pela qual sempre me interessei e gostava de ler sobre temas afins, pois a leitura é uma das minhas paixões, mas nunca planejei ou me organizei para se tornar um profissional na área.

Quando eu tinha por volta de dezesseis ou dezessete anos, queria fazer Educação Física, pois eu gostava de esportes, principalmente futebol. Desde os meus doze anos, a minha vida foi voltada para os esportes e foi esse gosto que possibilitou a minha entrada na comunidade japonesa. Portanto, antes de entrar na universidade, eu já possuía algum contato com a comunidade na Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Osasco (ACENBO), cidade em que nasci. Foi o futebol que me aproximou do universo da cultura japonesa no final dos anos 1980 e início dos 1990, mas nunca imaginei que

seria o meu objeto de estudo. Do mesmo modo, nem pensei que um dia viria para o Japão. Assim, os eventos foram acontecendo sem planejamento, não presumi que estudaria imigração japonesa. Dessa forma, foi só quando entrei na USP em 1995 que as peças foram se ajustando. Entretanto, quando decidi realmente cursar História e passei nos vestibulares (USP, UNESP e PUC/SP), alguns familiares próximos acharam que meu futuro não seria muito, digamos, promissor...

Na universidade, eu não sabia se seguiria o campo da docência ou da pesquisa. Na época, no meu primeiro ano, comecei a trabalhar como plantonista de História em dois cursinhos. O contato direto com estudantes, suas dúvidas para além da História, foram um grande aprendizado humano para mim. Assim, essa foi a minha primeira experiência em docência. Desse modo, fiquei empolgado com a possibilidade de dar aulas, ajudar a garotada (alguns com a mesma idade do que a minha) e na época eu tinha uma boa força de vontade para estudar e trabalhar ao mesmo tempo. O interessante foi que um experiente professor de História do cursinho Objetivo notou a minha empolgação e disse: “acho melhor você usar sua energia para seguir uma trajetória mais acadêmica, pois lhe proporcionará outras oportunidades de docência/pesquisa. Você abrirá caminhos e maiores desafios na profissão”. Esse importante conselho despertou em mim uma perspectiva diferente sobre a minha profissão e, dessa forma, desde o segundo semestre do primeiro ano, comecei a me interessar pela possibilidade de fazer iniciação científica e pelo mundo acadêmico. De maneira que, desde o final dos anos noventa, o espaço acadêmico ligado à pesquisa e ao espaço da sala de aula associado à docência são partes integrantes da minha vida.

Lembro-me que foi na aula da disciplina sobre Brasil Independente, ministrada pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro na Universidade de São Paulo (USP), que tive o primeiro contato mais concreto com essa possibilidade. Na época, o grupo ligado à Tucci estava começando um projeto pioneiro relacionado ao acervo de prontuários e dossiês produzidos polícia política sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). O projeto recebeu o nome de Projeto Integrado Arquivo do Estado/Universidade de São Paulo

(PROIN/USP), o que me despertou interesse. No entanto, eu não tinha como projeto pesquisar sobre o Japão ou imigração japonesa, pois a minha primeira ideia era fazer uma iniciação científica sobre algum tema associado à história europeia contemporânea. E você sabe bem como é, né Richard? Aluno para definir o tema de pesquisa geralmente é “meio perdido”... Em uma das primeiras aulas do curso de Brasil Independente I, a Tucci explicou sobre o curso e o projeto que se iniciava, a ideia de criação de módulos de pesquisa sobre imigração no Brasil durante a Era Vargas e o que me chamou a atenção foi a imigração alemã. Assim, decidi que queria estudar os alemães no Brasil varguista. Pensei: “essa pesquisa de iniciação será o máximo!”. Além disso, estudava alemão no Instituto Goethe em Pinheiros (SP) há um ano. Nós tínhamos um tempo para preparar o projeto e realizar uma prova para entrar no processo seletivo. Lembro-me que fui duas, três vezes ao Arquivo do Estado, que estava de mudança do centro de São Paulo para a Marginal Tietê, para procurar material; contudo, parte dele estava no departamento técnico para ser microfilmado a pedido de alguns integrantes do projeto e, sendo assim, não tive acesso a essa documentação quando precisava. Lembro também que outras pesquisadoras da primeira geração do PROIN (1995-1997) estavam analisando esse material e, portanto, fiquei meio perdido e bateu aquela aflição.

Então, a Tucci, minha orientadora – e devo muito a ela – disse que, no arquivo, havia prontuários japoneses relacionados a problemas na colônia durante o pós-guerra em que os integrantes da comunidade japonesa começaram a se matar. Não tinha a mínima ideia do que se tratava... A partir dessa orientação da Tucci, voltei ao arquivo e verifiquei os três principais dossiês sobre a Shindō Renmei produzidos pela polícia política e achei instigante, embora não fosse nada que efetivamente me animasse pesquisar por um ano. Contudo, muito pela questão do prazo de entrega justo, decidi montar um projeto sobre a Shindō para me tornar pesquisador do nascente PROIN/USP. Nessa época (1997), eu já possuía contato com pessoas da comunidade japonesa e namorava uma descendente (*sansei*¹); decidi, assim, falar com os familiares dela, silêncio sobre o tema... E então o avô dela me

aconselhou a não mexer nessa história. Ele tinha quase oitenta anos na época e vivenciou o período pós-guerra no interior de São Paulo, acredito que ele possuía por volta de dezesseis ou dezessete anos no período da Shindō Renmei. Esse "silêncio" e negação me despertaram para a seriedade da tal Shindō Renmei: a Tucci me direcionou para uma documentação sobre imigrantes japoneses para a qual ninguém possuía interesse na época em pesquisar. Tenho uma grande gratidão pela oportunidade e pela sensibilidade de historiadora que ela teve ao me indicar esse material. Hoje, como professor e orientador, sinto realmente a importância do diálogo e da troca entre orientador-orientando para o encaminhamento de uma pesquisa consistente, bem direcionada e original.

Posteriormente, perguntei para outros amigos com ascendência japonesa a respeito da questão e a maioria nem conhecia a Shindō Renmei (pessoas da geração de quarenta ou cinquenta anos na época), enquanto os mais velhos colocavam uma série de barreiras à iniciativa. Desse modo, movido muito pela curiosidade sobre o tema e pela documentação inédita do arquivo, preparei o meu projetinho para concorrer a uma vaga no PROIN, na época já ligado à Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), fui aprovado e comecei a minha pesquisa em meados de 1997. Esse foi o meu início acadêmico no universo da imigração japonesa. Portanto, o meu interesse sobre a imigração japonesa surgiu a partir do contato com o PROIN, da orientação da Tucci e da provocação que eu senti de pessoas que vivenciaram esse momento histórico conturbado.

André: Você destaca muito a questão da orientação. Poderia abordar quais as linhas de pesquisa gerais da professora Maria Luiza Tucci Carneiro naquele momento?

Dezem: A professora Tucci desenvolveu esse projeto a partir de 1995, salvo engano. Na época, ela ministrava os cursos de Brasil Independente I e II. As aulas tinham como eixo histórico a Era Vargas (1930-45), principalmente o período do Estado Novo; analisávamos e debatíamos a historiografia do tema

associada ao preconceito, discriminação e repressão aos imigrantes, comunistas e aos judeus. Como referência bibliográfica, além da obra *O Antissemitismo na Era Vargas* de autoria dela, outros autores brasileiros como a historiadora Elisabeth Cancelli, o historiador Alcir Lenharo e a socióloga Ângela de Castro Gomes também eram lidos e discutidos. Lembro que a dissertação de mestrado do Flávio Venâncio Luizetto sobre os debates na assembleia constituinte de 1933-34, *Os Constituintes em Face da Imigração*, era uma leitura essencial para todos nós. Também líamos as obras de Hannah Arendt, Antonio Gramsci, Michel Foucault, inclusive eu fui introduzido ao universo de Foucault por ela, e aos outros autores franceses ligados à História das Mentalidades. Basicamente, o curso e a linha de pesquisa da Tucci eram voltados para a História das Mentalidades, associada à repressão às chamadas minorias étnicas, como os imigrantes japoneses vistos como “inimigos objetivos” durante o período da guerra, mas o foco maior era a questão dos judeus no Brasil.

É muito interessante que, no desenvolvimento do PROIN e de seus módulos temáticos, começaram a surgir excelentes pesquisadores que direcionaram suas pesquisas para outros grupos étnicos. Inicialmente, foram os casos das colegas historiadoras Priscila Ferreira Perazzo, Ana Maria Dietrich e Eliane Bizan Alves, que trabalhavam com a comunidade alemã e o nazismo “tropical”. E hoje, com suas pesquisas consolidadas, se tornaram referência na temática. Mas na época, final da década de 1990, com a Internet engatinhando, nem imaginávamos como jovens pesquisadores aspirantes a historiadores, como efetivamente seria a repercussão de nossas pesquisas além dos muros da academia...

As atividades do projeto passaram a ocorrer também fora do espaço da universidade, trabalhávamos mais com a questão da documentação nos arquivos do AESP. Nós tínhamos uma sala grande para os trabalhos de pesquisa do projeto no próprio prédio. A minha formação como historiador foi muito mais voltada ao manejo dos documentos no arquivo do que propriamente ao universo dos debates teóricos, do tipo “leituras e digressões infinitas”. A parte da teoria e das discussões ocorriam durante os seminários

ou nas reuniões do grupo de pesquisa. Assim, as aulas, pelo menos na USP, eram bastante tranquilas e amistosas: apresentação da temática, andar da pesquisa e discussão de algum texto relacionado. No entanto, os lugares em que eu realmente senti que aprendia, digerindo as leituras e desenvolvendo as ideias – às vezes conflituosas – encontrando o meu norte como historiador, foram nos espaços do arquivo e dos seminários. A Tucci dava muita liberdade e flexibilidade aos orientandos, me lembro que ela nunca criou um calendário estrito. Quando o projeto ganhou corpo e evidência, por volta de 1999, tornou-se mais orgânico. Cada pesquisador dominava as ferramentas básicas de pesquisa, as leituras, as referências do seu objeto, havendo muita troca de informações também. Existe uma primeira geração de pesquisadores já citados, depois a segunda: eu, a Viviane Terezinha dos Santos, a Ismara Izepe de Souza, o Rodrigo Tavares, uma terceira geração com a Márcia Y. Takeuchi e assim por diante. Nós tínhamos uma base teórica e de leitura dos textos historiográficos, mas, no meu caso, o que mais me interessou foi lidar com os documentos: “papel velho”, sabe? Buscar neles aquilo que respondesse às minhas problemáticas antes de entrar na questão dos autores. Inicialmente, obra da Tucci me auxiliou bastante; contudo, acredito que as minhas experiências cotidianas é que foram mais significativas a médio/longo prazo. Aliás, na mesma época, eu fazia o curso de História Oral do professor José Carlos Sebe Bom Meihy, um dos pioneiros em História Oral no Brasil. Isso me ajudou bastante no início da pesquisa. Assim, nos meus anos de formação, as técnicas de História Oral e os documentos foram muito mais importantes do que propriamente a parte teórica.

Quando o grupo se estruturou e se consolidaram os módulos de pesquisa, como os dos japoneses (Márcia e eu), dos alemães (três pesquisadoras) e os outros, começamos a discutir nas reuniões bibliografias afins, só que em perspectivas diferentes, pensando no contexto de cada grupo estudado. Desse modo, aprendíamos mais entre nós, orientandos, e a Tucci organizava e direcionava todo esse processo. Posteriormente, o PROIN cresceu, amadureceu como projeto e produtor de pesquisa acadêmica sobre a Era Vargas. Isso levou, naturalmente, à efetivação de uma certa hierarquização

dentro no grupo. No entanto, eu não fazia parte tanto desse contexto de tarefas direcionadas, prazos, etc. Meu maior interesse era pesquisar e garimpar o material sobre a Shindō Renmei. Sendo assim, os meus alicerces como historiador foram mais através da prática no universo de documentação e catalogação como também das entrevistas, conversas com pessoas que vivenciaram o trágico período sobre o qual eu estava pesquisando.

André: Você poderia falar sobre esses colegas do PROIN que trabalharam com temas relacionados à imigração japonesa? O que eles pesquisavam em específico?

Dezem: Quando comecei a fazer essa pesquisa, mesmo na USP, não havia nenhuma matéria ligada à imigração japonesa ou relativa à História do Japão. Só havia o professor Ricardo Mário Gonçalves; porém, em suas aulas, eram trabalhados temas específicos voltados à religiosidade asiática, com os quais eu não possuía interesse. Assim, tive de ir atrás de pesquisadores relacionados aos temas da imigração japonesa no Brasil, porque a minha orientadora não era especializada em imigração japonesa. Desse modo, acabei conhecendo três excelentes pesquisadoras e até hoje amigas: a antropóloga Célia Sakurai, a jornalista Célia Abe Oi e a historiadora Hiromi Shibata, as três me direcionaram a partir do que e como pesquisar o tema.

Por necessidade, mesmo fazendo parte da nascente “módulo japoneses” do PROIN, busquei fora da USP contatos que possuíssem experiência maior no universo da comunidade japonesa. Noto que, nessa época dos anos 1990, a produção e a veiculação da história da imigração japonesa estava muito ligada e centralizada à Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social - Bunkyo em São Paulo. Entretanto, percebi que era algo muito fechado no sentido de acesso e contatos mais efetivos. Foi a Célia Oi do Museu da Imigração Japonesa, e depois a Célia Sakurai, na época terminando o doutorado na UNICAMP sobre a questão da “imigração tutelada” na história da imigração japonesa, que me direcionaram em

relação às documentações e às minhas questões mais básicas sobre a Shindō e a colônia japonesa nas décadas de 1920-1940. No que diz respeito à bibliografia de referência, tínhamos *Uma Epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, os livros de Hiroshi Saito, Takashi Maeyama e Tomoo Handa; eram obras importantes, mas, comparados à diversa e consistente produção atual, parece um outro universo. A minha interlocução maior no tocante à imigração japonesa ocorria com as duas Célias e a Hiromi Shibata; porém, sobre o contexto político, histórico e as questões pertinentes à Era Vargas, os debates ocorriam na universidade e o levantamento, fichamento e catalogação dos documentos, ocorriam no arquivo do Estado.

A Tucci sempre nos dizia que a proposta do projeto, além de catalogar e analisar as documentações do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), era fazer conexões históricas, políticas e sociais entre a história da imigração com a história do Brasil. Ao se abordar a obra *Uma Epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, por exemplo, percebe-se uma face da imigração, porém sem uma relação mais consistente com os períodos históricos brasileiros. Me dava a impressão de que a história da imigração japonesa ocorria sem uma relação com o contexto histórico mais amplo. Assim, a Tucci sempre deixou claro para nós, orientandos, que precisaríamos situar os imigrantes no universo da história brasileira contemporânea, o que se assemelhava ao que ela fez em relação aos judeus. Portanto, tentamos seguir essa metodologia, o que era quase um mantra para jovens pesquisadores como nós. Também havia muita troca de informações e documentos entre os pesquisadores no PROIN.

Cito o meu colega de projeto, Rodrigo Rodrigues Tavares, que pesquisava os comunistas em Santos e publicou o livro *O Porto Vermelho: a Maré Revolucionária (1930-1951)*. Ele encontrou um material sobre prostituição de japonesas em Santos nas décadas iniciais da imigração em um prontuário e dividiu a informação comigo. Então, trocávamos informações e pontos que ligavam as nossas pesquisas.

Já outra pesquisadora que acabou se tornando amiga, a Márcia Yumi Takeuchi, ingressou no projeto um ano depois de mim e não tinha muita ideia

sobre qual tema ligado aos imigrantes japoneses iria desenvolver a iniciação científica. Lembro-me que, em nossas primeiras conversas, havia um dossiê de dois volumes com o título “Antiniponismo na Alta Paulista” (1942), no qual a polícia política havia esquadrinhado todo o interior de São Paulo. Esse prontuário foi o ponto de partida dela e eu já o havia catalogado e fichado, mas não o analisei de forma mais aprofundada porque não possuía uma relação direta com o meu estudo sobre a Shindō e o pós-guerra. Essa foi a nossa primeira interlocução acadêmica e já pensamos, com a Tucci direcionando os nossos caminhos, em fazer uma pesquisa que abrangesse toda a Era Vargas relacionada à imigração japonesa. Dessa maneira, ficou acordado de forma natural que eu trabalharia o período final da guerra (1944-45) e o pós-guerra, até mais ou menos 1948, e a Márcia, do início do Estado Novo até 1945, focando na repressão aos imigrantes sob a perspectiva do “perigo amarelo”. Sem dúvida, era uma linha de pesquisa usando a documentação inédita do DEOPS. Nosso eixo de debate voltado para a questão do perigo amarelo, o que era, naquela época, um tema nebuloso, pois era bem difícil encontrar boa produção acadêmica que abordasse a questão no Brasil. Até onde me lembro, a primeira vez em que eu li um material acadêmico que fazia menção a esse debate no Brasil foi a dissertação de mestrado do Flávio Venâncio Luizetto sobre a Constituinte de 1933-34; aliás, eu gostava muito desse trabalho. Depois encontrei um livro de um historiador estadunidense, Roger Daniels, que abordava a repressão e o preconceito contra os imigrantes japoneses nos Estados Unidos e no Havaí desde o final do século XIX. Foi a partir dessas bibliografias que comecei a compreender essa ideia de Perigo Amarelo, assim como a Márcia.

A ideia do projeto era que cada um trabalhasse perspectivas diferentes sobre um tema e, depois, faríamos as conexões como uma espécie de continuidade. Portanto, eu possuía bastante contato com a Márcia e com outras integrantes como a Ana Maria, a Viviane e a Ismara. Viajamos muito para participar de encontros e simpósios, fomos para os eventos da Associação Nacional de História (ANPUH) e para outros encontros de História. Nós nos sentíamos como uma espécie de time, tanto que possuíamos uma

grande proximidade. A Márcia vivenciou o projeto em seu todo mais do que eu, porque, além das aulas da graduação e da pesquisa no arquivo, eu também dava aulas em cursinhos. É algo que sempre fiz: pesquisa, academia e docência, isso desde o meu segundo ano, por uma questão monetária, precisava do dinheiro... A Márcia estruturou e focou a pesquisa dela sobre a repressão e o perigo amarelo na imigração japonesa, planejando levar a temática para o mestrado. Tanto que ela se tornou a coordenadora do módulo de imigração japonesa no PROIN. Cada pesquisador ao se dedicar quase que exclusivamente ao projeto, depois de um tempo, tornava-se um coordenador, assim como a Ana Maria Dietrich era responsável pelas pesquisas sobre os imigrantes alemães.

Como eu disse, o ponto de partida documental de nossas pesquisas foi a questão do antiniponismo em São Paulo, ou seja, foi um dossiê da polícia política produzido na ditadura Vargas que abriu as portas para mim e para a Márcia. Portanto, possuíamos esse elemento norteador em nossas pesquisas: a importância dos arquivos. Meu primeiro artigo acadêmico foi publicado na *Revista Histórica*, publicação do Arquivo do Estado de São Paulo, e versava justamente sobre o olhar dos arquivos do DEOPS de São Paulo sobre a Shindō Renmei. O foco era discutir a historiografia sobre o período varguista, contrapor as teorias da época e prospectar documentação inédita. Apesar de no mestrado eu ter mudado de tema, essa tríade foi a minha norteadora como metodologia de pesquisa ao longo da iniciação e do mestrado e da Márcia também. Em muitos aspectos quase todos nós caminhávamos juntos no projeto.

André: Foi a partir disso que surgiu o seu livro sobre a Shindō Renmei?

Dezem: Ao iniciar as pesquisas sobre a Shindō Renmei, pesquisando e catalogando os prontuários, escrevendo dois artigos curtos, o caminho natural era tornar essa documentação pública em uma série de inventários voltados para a consulta. Essa era a nossa meta do projeto: a iniciação científica como o caminho para a publicação dos inventários DEOPS. Assim, dar luz à

documentação era mais importante e o texto introdutório de cada inventário publicado encontrava-se em segundo plano.

Eu sempre estive focado no levantamento dos documentos, principalmente pela sua relevância histórica na construção de uma das narrativas sobre a Shindō Renmei. É importante ressaltar que, na época (1998-2000), tive como interlocutoras as Célias (Oi e Sakurai) que abriram as portas do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (MHIJB) na Liberdade para mim. E acabei ficando por quase dez anos como pesquisador e *lecturer*. Nessa época, me aproximei de um pequeno grupo de colegas de curso – que se tornaram amigos até hoje –: Lia Cazumi Yokoyama, Newton Itokazu e Erika Yamauti, os três se interessavam por pesquisar temas da imigração japonesa. No entanto, dentro da universidade não havia tantos interlocutores e professores que realmente poderiam nos ajudar. Então, nós criamos um pequeno grupo de estudos na USP – que eu até dei o nome de JAPOESTE/USP – e nos reuníamos cerca de duas vezes por mês na biblioteca da História, no Museu ou na casa da Lia para discutirmos sobre imigração e temas afins. Uma época sem as praticidades digitais de hoje... A Lia foi desenvolvendo o interesse por questões religiosas na colônia japonesa associadas ao Catolicismo, o Newton no universo da história e cultura okinawana (*uchinanchu*) enquanto eu buscava ir além da documentação do DEOPS sobre a Shindō Renmei para um possível mestrado. Foi aí que a Célia Oi nos cooptou para pesquisar e auxiliar o pessoal do Museu Histórico como voluntários, nos dando a oportunidade de vivenciar *in loco* o espaço que é considerado o centro preservador da memória e história dos imigrantes japoneses e seus descendentes em São Paulo e do Brasil. O que narrei até agora ocorreu no curto período de período entre 1996 e 2000.

Como pesquisadores voluntários associados ao Museu Histórico, viajamos nas férias para o interior de São Paulo (Araçatuba, Três Alianças, Valparaíso e outras cidades) e para a cidade de Registro e a região do Vale do Ribeira para divulgar nossas pesquisas, coletar material e fazer entrevistas seguindo os padrões da História Oral; cada pesquisador focando em seu próprio tema. Lembro que, nessa época, a primeira apresentação que fizemos

das nossas pesquisas foi na Casa de Cultura Japonesa da USP a convite da professora Tae Suzuki. Foi a primeira vez que apresentamos nossas hipóteses de pesquisa e resultados (ainda iniciais) para uma plateia ligada aos estudos japoneses. Foi interessante porque eram assuntos (Catolicismo na colônia japonesa, história e cultura *uchinanchu* e o caso Shindō Renmei) sobre os quais os alunos de Letras Japônês não possuíam conhecimento. Isso aconteceu em 1998 e foi quando percebemos que estávamos no caminho certo. A partir desse e outros feedbacks positivos e promissores, decidi continuar os estudos sobre imigração japonesa na pós-graduação.

Portanto, percebi que o trabalho não era apenas catalogar, selecionar e fichar os documentos; havia muito mais, algo que ia além do âmbito da universidade. No caso dos japoneses e da Shindō Renmei, os documentos de acesso público já existentes estavam microfilmados, mas eram ligados ao processo do caso Shindō Renmei. Portanto, não havia pesquisas sobre os prontuários individuais, com os nomes dos envolvidos e uma série de informações inéditas confeccionadas a partir do olhar da polícia política. Inclusive, na época (1998), o jornalista Fernando Morais estava pesquisando também sobre a Shindō Renmei – resultando no livro *Corações sujos* (2000) –, e entrou em contato comigo interessado em trocar informações sobre o mesmo período (1945-1948) pesquisado por mim, só que, no final, usou uma parte ínfima dos documentos do arquivo para o livro. Mesmo assim, há figuras que são muito importantes naquele confuso e crítico momento histórico, mas que – até onde eu sei – ninguém se aventurou a pesquisar de forma mais cuidadosa após a publicação do livro do Morais e do meu inventário em 2000. São indivíduos – podendo-se destacar os japoneses Ryotaro Negoro, Seiichi Tomari e Tsuguo Tsujimoto – relevantes para se compreender não só a Shindō Renmei, mas o contexto das relações intersticiais de uma nascente comunidade japonesa no fim de 1930 e início de 1940.

Durante o levantamento de cerca de quatrocentos prontuários e dossiês no arquivo e antes de começar a escrever o texto final para o inventário, mapeei os materiais disponíveis na época acerca do tema: a dissertação de mestrado em História de Jouji Nakadate, defendida em 1988

na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); o trabalho da socióloga Tereza Hatue de Rezende de 1993; o livro de memórias do Tomoo Handa e a obra *Uma Epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. Aspectos associados ao imaginário sobre os japoneses no Brasil, preconceito, discriminação, repressão, legislação assimilacionista de Vargas e o caso da Shindō Renmei não eram explorados ou estavam de forma pouco consistente e analítica associados ao contexto da história brasileira dos anos 1930-40. A publicação do meu inventário, *Shindō-Renmei. Terrorismo e Repressão*, serviu, em parte, para fazer uma ponte entre o contexto histórico e a questão da documentação, embora o foco maior fosse a Shindō Renmei sob a perspectiva da polícia política (DEOPS). É o que praticamente nós do PROIN objetivávamos: trazer luz ao olhar da polícia política – muitas vezes preconceituoso – sobre essas minorias de imigrantes dentro do Estado Novo, o que constituía nosso núcleo principal de análise. Seria também uma preparação para levar a temática do pequeno inventário para ser aprofundada no mestrado. Foi o que a Márcia Takeuchi, a Ana Maria Dietrich e outros pesquisadores do projeto fizeram. Entretanto, eu não segui esse caminho “natural”, principalmente após as experiências com entrevistados, nem sempre frutífera... Eu fiz várias entrevistas a partir da temática da Shindō Renmei nas viagens pelo interior de São Paulo, sempre seguindo os protocolos da História Oral. Porém, era muito difícil extrair certas informações, por exemplo sobre quem acreditava na “vitória do Japão”, quem era associado à Shindō ou a outras associações clandestinas na época. Nas entrevistas, a Lia Yokoyama tinha um bom domínio de conversação em japonês, o Newton mais ou menos e eu quase nada (risos), então quando éramos convidados a visitar as casas das pessoas e famílias de nosso interesse, na sua grande maioria idosos com mais de setenta anos, era a Lia quem nos auxiliava efetivamente nas entrevistas. Na maioria das vezes, o ambiente era positivo, até descontraído; contudo, quando a conversa entrava no meu objeto de pesquisa, muitas vezes havia um silêncio por parte dos mais idosos e curiosidade por parte dos mais jovens presentes. Raramente a conversa fluía quando pontuávamos os temas “memórias da época da guerra e dos

ocorridos associados à Shindō". Assim, eu percebi que não conseguiria levar a pesquisa muito adiante só com a documentação dos arquivos, falta de domínio da língua japonesa e a leitura de algumas obras escritas por autores ligados à comunidade nipo-brasileira disponíveis naquela época (1999-2000). Hoje, acredito que até seria possível desenvolver uma dissertação de mestrado; porém, a parte oral era muito importante para confrontar com o olhar da polícia política. Precisava de mais tempo e experiência devido à complexidade do tema. Fiquei desanimado, porque, mesmo no museu em alguns momentos e no Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (CENB), eu tinha uma grande dificuldade para ter acesso ao material relativo à Shindō; havia certo distanciamento por parte de alguns dirigentes – já idosos e conservadores – nesses espaços. Durante a pesquisa de iniciação, eu ouvia muito duas frases por parte de pessoas da comunidade nipo-brasileira: "Nossa! Por quê um *gaikokujin* (não descendente de japoneses) está pesquisando esse tema? Esqueça..." ou "Poxa vida! Só um *gaikokujin* mesmo para tocar nessas feridas da colônia. Parabéns!" .

Ao me distanciar do tema Shindō Renmei, comecei a pensar sobre as questões associadas ao mito do perigo amarelo – tema do inventário da saudosa Márcia – e a analogia com as tentativas em se iniciar um fluxo migratório amarelo (chinês) para o Brasil. Fui repensando o meu tema a partir de conversas com a Márcia e com a Tucci, considerando também a recente publicação do historiador estadunidense Jeffrey Lesser em 1999² e o contato com a historiadora e professora Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura durante um curso no primeiro semestre da pós-graduação, que sugeriu que eu pesquisasse os debates sobre a imigração chinesa para São Paulo – ela havia indicado como ponto de partida o livro do historiador José Roberto Teixeira Leite. A Tucci achava interessante que pesquisasse o período do pós-guerra até meados da década de 1950, uma vez que a ideia seria dar continuidade à "questão do amarelo" nesse contexto. Como já citado, a Márcia trabalharia os anos 1930-1940 e eu, 1940-1950. No entanto, eu cada vez mais me interessava pelo período anterior ao início oficial da imigração japonesa no Brasil, o que resultou na dissertação de mestrado (2003) que foi

indicada para publicação com o título de *Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)* em 2005. Interessante notar que muitos momentos da minha vida acadêmica foram marcados por encontros “fortuitos”, com importantes interlocutores, onde planejamento e organização ficaram em um segundo plano. Ao contrário de mim, a Márcia, desde o momento em que se interessou pelo tema do mito do perigo amarelo no contexto pré-Vargas e durante o Estado Novo, direcionou a pesquisa dela de forma consistente e exemplar nessa direção.

No meu caso, com relação à bibliografia disponível na época, o trabalho do Lesser não foi tão importante devido à periodização analisada por ele; no entanto, me ofereceu pistas de como associar as tratativas da imigração chinesa com a imigração japonesa, me fazendo perceber essa “equação amarela” presente nos debates imigratórios nas décadas de 1880-1890. Os trabalhos que me ajudaram foram aqueles que lidaram com o contexto dos Estados Unidos, como o já citado historiador Roger Daniels, que trabalhou a questão dos chineses e toda a legislação anti-amarela nos EUA. Tentei transpor essa discussão nos aspectos políticos e imagéticos para a realidade brasileira durante o mestrado, pensando como se desenvolveu nas esferas políticas e na nascente mídia ilustrada brasileira. Essa transição de tema e *corpus* documental foi marcada pela dúvida, já que meu porto seguro seria me aprofundar no caso Shindō Renmei, uma continuidade natural. Contudo, decidi tentar essa mudança e acredito que tenha funcionado, pois a temática explorada e analisada no *Matizes* tem um viés original.

André: Você poderia discorrer sobre a tese do livro *Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*?

Dezem: No momento em que eu iniciei as pesquisas, me baseei em uma literatura que não havia no Brasil, que era, em parte, estadunidense. A ideia original era discorrer de forma breve sobre a questão dos chineses e focar na pré-história da imigração japonesa a partir de elementos associados ao perigo amarelo e a construção da imagem desses imigrantes antes deles aportarem

em São Paulo. Não fazia parte do projeto inicial escrever um capítulo inteiro sobre os chineses, tratava-se muito mais de uma introdução do que propriamente um estudo mais cuidadoso e detalhado. A minha hipótese inicial era mapear e identificar elementos discursivos e imagéticos que permearam a concepção de “perigo amarelo” em terras brasileiras desde as primeiras tentativas em se trazer os imigrantes leste-asiáticos para o Brasil. Que tipo de preconceito(s) existia(m) antes mesmo do início da imigração efetiva de japoneses? Queria evidenciar que esse(s) preconceito(s) acerca da mão de obra “amarela” eram marcados pela ambiguidade dos discursos acerca dos japoneses, mas não sobre a mão de obra chinesa. De modo que se tornou importante ao longo da pesquisa diferenciar – ou apresentar os “matizes do amarelo” – dos discursos produzidos pela intelligentsia nacional e divulgados pela nascente imprensa ilustrada da época (1870-1900). Primeiro em relação aos trabalhadores chineses, esses discursos em sua maioria tiveram conotações negativas.

No terceiro e último ano da pesquisa, em busca de documentos primários, perscrutei os arquivos da Biblioteca Nacional no Rio focado nos periódicos ilustrados como a *Revista Ilustrada* e *O Malho*. Havia um bom material ainda não publicado. No início da pesquisa, inicialmente eu e minha orientadora pensamos em desenvolver a pesquisa trabalhando um período que ia do final da década de 1870 (“Questão Chinesa”) até o Estado Novo (1937-1945); no entanto, na minha qualificação, o professor Lesser me sugeriu sabiamente uma redução da periodização para 1870-1908. A partir desse “encurtamento”, pude me organizar mais efetivamente e me concentrar na busca de documentação em acervos e arquivos (Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo [IEB/USP] e Biblioteca Nacional) de forma mais focada. Algo que sempre defendi, em qualquer pesquisa, é a necessidade de trabalhar e analisar documentos primários do período estudado. Portanto, a ideia original era mostrar, relacionar e diferenciar os discursos em relação aos chineses e japoneses, enfatizando que os chineses carregaram uma série de estereótipos, enquanto os japoneses transitavam entre um discurso negativo e positivo. Essa ambiguidade caracterizou os

primeiros anos da imigração japonesa. Tratava-se de uma temática em que a produção acadêmica era escassa e fragmentada. Dessa forma, como referência, eu li obras sobre imigração chinesa, mas que não se relacionavam com a imigração japonesa e vice-versa. Notei, assim, que minha tarefa era aproximar e fazer esses discursos dialogarem. Apesar de hoje ser considerada uma obra de referência no campo da historiografia da imigração chinesa e japonesa no Brasil, na verdade não vejo uma grande profundidade em termos analíticos no *Matizes*, no sentido de inovação, mas a sua qualidade estaria em se aproximar e comparar os nascentes discursos acerca dos amarelos no Brasil no contexto histórico anterior a 1908.

Considero o quinto capítulo do livro – onde é apresentada e analisada a iconografia relativa aos japoneses – o mais original em termos de pesquisa acadêmica. Inclusive na época, estávamos Márcia e eu realizando nossas pesquisas no acervo de microfilmes da Biblioteca Nacional. Cerca de sete ou oito horas por dia durante uma semana na sala de leitura de microfilmes com um ar condicionado congelante. Ela pesquisava a iconografia produzida sobre os imigrantes japoneses e o Japão nas décadas de 1930 a 1940, enquanto eu pesquisava a iconografia presente nas revistas ilustradas em períodos anteriores até a década de 1910. Nessas fontes, tivemos uma dimensão clara de como a opinião pública e a imprensa viam a imigração japonesa. Praticamente, quase ninguém tinha pesquisado sobre o ponto, com exceção do trabalho do professor Lesser que havia citado em seu livro recém-publicado alguns periódicos brasileiros. Após o levantamento de um bom material textual e iconográfico das revistas ilustradas, passei a me preocupar efetivamente com os prazos, porque havia só mais três meses para a entrega da minha dissertação de mestrado. A ideia não era pedir extensão do prazo e da minha bolsa (FAPESP), mas terminar e defender logo, para depois engatar um doutorado, algo que não fiz de imediato, pois comecei a trabalhar como professor em período integral logo depois.

A confecção da dissertação de mestrado foi um processo muito intuitivo, diferente do que ocorreu na iniciação científica, na qual já tinha o espaço (acervo DEOPS/SP do Arquivo do Estado) e a documentação (prontuários e

dossiês) que deveriam ser catalogados e analisados em cerca de dezoito meses. Claro que, para um estudante de graduação, “como” e “o que” selecionar e analisar é uma grande descoberta. Enquanto que, na pós-graduação, eu não possuía uma documentação primária logo de início, assim decidi partir da pouca bibliografia acadêmica existente para construir conexões e trabalhar minhas hipóteses de pesquisa iniciais. Nesse período entre 2000 e 2001, era muito difícil encontrar interlocutores, tanto que, quando defendi a dissertação em 2003 – e depois o trabalho foi publicado 2005 –, a pesquisa não reverberou fora do espaço acadêmico. Lembro que, quando o jornalista Jorge Okubaro publicou o livro *O súdito (Banzai, Massateru!)*, eu pedi para que ele autografasse meu exemplar e me apresentei. Ele ficou surpreso e comentou que havia usado meu inventário sobre a Shindō Renmei em seu livro mostrando como, no caso de meus trabalhos, os ecos foram posteriores. Tanto que a publicação da obra *Matizes do ‘amarelo’: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)* foi relativamente apreciada, principalmente por aqueles que me conheciam no ambiente acadêmico, mas só depois de uns dez anos foi que jovens pesquisadores e pessoas não ligadas ao espaço acadêmico realmente começaram a lê-la e divulgá-la. Acredito que era por ser um tema que não estava tão amadurecido fora do espaço acadêmico, por exemplo da mídia, nos debates sobre a imigração japonesa no início do milênio. Depois, muitos trabalhos acadêmicos e artigos jornalísticos surgiram citando o *Matizes* como uma das principais referências, até brinco que está na hora dele descansar, porque hoje (2023) já existem bons trabalhos que dão continuidade ou aprofundam pontos da minha pesquisa de mestrado. O ambiente dos estudos e debates sobre imigração também é muito diferente de vinte ou trinta anos atrás. Percebo uma grande diferença de quando eu era graduando ou mesmo pós-graduando. A minha interlocução era com a Tucci, a Márcia, a Célia Sakurai, a Célia Oi e o pessoal do JAPOESTE/USP, eram conversas que não iam muito além do universo universidade/museu/grupo de estudos. Até mesmo no museu, quando fazíamos alguma palestra ou dávamos algum curso gratuito, geralmente o público era de pessoas ligadas à comunidade nipo-brasileira e que tinham

interesse em aprender temas pouco explorados sobre a imigração como a Shindō Renmei e, portanto, havia trocas mais pontuais e menos intensas. Me recordo que raramente recebíamos um público de não-descendentes nos cursos. Era muito diferente do que é hoje, um período marcado pelos debates no espaço virtual, opiniões diversas – algumas beirando o panfletarismo e a histeria – e publicações boas de teses e artigos principalmente com relação às questões associadas aos discursos pró e anti-japoneses, a iconografia do período pré-imigratório e o “mito do perigo amarelo. Eu sinto que boa parte da minha produção acadêmica – publicada em dois livros e cerca de vinte artigos – cumpriu a função de introduzir e associar questões importantes relativas à imigração chinesa e japonesa no Brasil, criando provocações e instigando outros pesquisadores.

No caso do meu inventário *Shindō-Renmei: terrorismo e repressão*, acredito que os documentos contidos nele ainda são subaproveitados. Em termos de documentação primária, há muito material ali que necessita de “um carinho de historiador”. Acredito por isso que o caso Shindō Renmei, desde a sua origem até os seus desdobramentos, propicia um longo caminho em aberto para se explorar.

André: Quem compôs a sua banca na época do exame de qualificação no mestrado?

Dezem: No exame de qualificação, foram o historiador Jeffrey Lesser e a antropóloga Célia Sakurai. O Lesser estava em um período sabático visitando o Brasil e ministrando cursos na USP, por volta de 1999 a 2000. Na época seria lançado o livro *A Negociação da Identidade Nacional* na versão em português pela Editora da UNESP. Antes mesmo da participação em minha banca, às vezes eu passava na sala dele, pois o Lesser é uma pessoa super acessível. É curioso que a indicação do Lesser para minha banca partiu da própria Tucci, inclusive os dois trabalhavam com o mesmo tema: a questão judaica no Brasil, mas possuíam questionamentos e teses bem diferentes. No período, eu já conhecia a Célia Sakurai há cerca de três anos. Eles foram

bastante diretos na arguição, chamaram a atenção para a periodização, qual material eu utilizaria e sobre parte da bibliografia que não me ajudaria onde eu queria chegar. Além disso, eles comentaram sobre algumas obras relativas aos chineses. Se não me engano, foi o Lesser que me pediu para que eu elencasse dez obras sobre os chineses. Assim, eles me provocaram bastante na qualificação, porém a interlocução foi bastante tranquila. Na banca final, o Lesser não pôde participar e quem compôs a defesa foi o professor Elias Thomé Saliba da FFLCH/USP – juntamente com a Célia e a minha orientadora, Tucci –, pois, ao analisar a iconografia relativa aos Japão e aos japoneses no quinto capítulo da dissertação, o curso de pós do professor Elias e suas observações direcionadas ao debate sobre a questão da representação da imagem dos chineses e japoneses na sociedade a partir de autores como o historiador da arte Pierre Francastel, foi de grande valia; era algo que originalmente eu não havia pensado na qualificação. Ele contribuiu bastante para aprofundar as análises das caricaturas e suas representações, mas alertou para o fato de eu ter usado alguns autores que, a princípio teoricamente, não faziam sentido, mas que, nas análises, acabaram dando certo. Além disso, ele comentou que eu poderia ter desenvolvido a minha pesquisa apenas a partir das imagens, ou seja, o meu quinto capítulo poderia ter sido a própria dissertação de mestrado. Esse foi um dos insights para o trabalho da Márcia no doutorado, uma vez que ela estava assistindo a defesa. A Célia questionou alguns pontos associados à iconografia, mas suas perguntas foram direcionadas para a origem do conceito de “perigo amarelo” e os discursos anti-chineses. É interessante que Márcia e eu possuíamos uma boa interlocução e nossas pesquisas acabavam se cruzando independente da periodização e da temática.

André: Quais outras fontes primárias em potencial você sugeriria para futuras pesquisas sobre imigração japonesa?

Dezem: Se eu fosse começar outra pesquisa ligada à imigração japonesa, por exemplo, adentraria na questão da prostituição; iria atrás dos documentos

primários, como os relatórios e documentos de delegacias de polícia no Estado de São Paulo nos anos 1920-1930, que me dessem pistas iniciais e aí faria a leitura de obras de referência de pesquisadores estadunidenses. Há uma obra muito boa sobre o tema do historiador Kazuhiro Ohazareki, *Japanese Prostitutes in the North American West, 1887-1920*, publicada em 2016.

Hoje, com o acesso à Internet, há maior disponibilidade e acessibilidade de materiais, o que oferece uma dimensão diferente quando comparada ao procedimento que seguíamos no PROIN. Atualmente, a dinâmica é outra, acho que muitos pesquisadores, principalmente jovens historiadores, trabalham menos com a documentação dos arquivos e focam mais nas interlocuções a partir de leituras dentro desse universo da Internet. Acho que outro caminho seria buscar um diálogo, em que você conversa diretamente com determinados pesquisadores, como historiadores ou sociólogos de referência sobre o seu interesse de pesquisa. Não há mais uma hierarquização como era há cerca de vinte ou trinta anos, em que existiam alguns espaços privilegiados para pesquisa, porque não havia tantas possibilidades de encontrar materiais ou diálogo. Com a Internet, os caminhos são diferentes, os pontos de partidas são outros, possibilitando maior flexibilidade, não focando somente nos documentos e entrevistas. Há pesquisas históricas que praticamente não usam documentos primários. Para mim, é difícil imaginar ou produzir algo que não tenha fontes primárias, pois elas são pontos de partida e não de chegada e, além disso, as fontes primárias, principalmente quando inéditas, possibilitam uma riqueza de leituras e análises muitas vezes originais. Na questão do perigo amarelo, as leituras que os pesquisadores têm feito nos últimos dez anos são muito diferentes do que discutíamos na biblioteca da USP com o nosso diminuto grupo. Possuíamos um cabedal de conhecimento mínimo sobre o tema e tentávamos dialogar e construir análises a partir disso, assim pegávamos pequenas migalhas como artigos, fontes primárias descobertas no arquivo do Estado ou no IEB/USP e as referências bibliográficas produzidas nos anos de 1960-70 e nos reuníamos para discutir o material. Hoje, em uma discussão, você dispõe de um excesso de informações acadêmicas

e não acadêmicas que podem ajudá-lo ou direcioná-los para um beco sem saída; observando os debates sobre o perigo amarelo, percebo caminhos que se abriram e que eram impensáveis há cerca de vinte anos.

André: Você parte de um objeto, mas, primeiro, busca a documentação primária e, então, constrói as questões que são importantes. É um caminho interessante porque dá importância à documentação.

Dezem: É uma questão de minha formação, tanto é que faço isso nas minhas aulas aqui na universidade também. Quando eu apresento um tema novo, antes de introduzir alguns teóricos, eu apresento a fonte primária relativa ao tema estudado, raras vezes fiz o caminho inverso. Desse modo, os alunos precisam realizar uma leitura mais intuitiva, sem a teoria, eu contextualizo e tentamos trabalhar a documentação como uma espécie de provocação. A partir disso, eles realizam a leitura dos autores e trocam impressões sobre as leituras, que às vezes coincidem, às vezes não. Percebo que, atualmente, alguns pesquisadores fazem isso, outros não, pois partem de uma extensa teoria e tentam esgotar a bibliografia de referência antes, assim o documento aparece para legitimar uma parte da teoria *a priori* digerida. É um outro caminho também. Diferente disso, eu tento construir o meu raciocínio em paralelo com o pensamento dos autores de referência. Acho que, em parte, é devido à metodologia desenvolvida no PROIN, uma vez que nós possuíamos autores de referência, porém tínhamos muita liberdade para trabalhar com a documentação. Hoje, às vezes há um diálogo infinito sobre temas históricos e isso dificulta um pouco o trabalho de pesquisa mais focado, assim como há caminhos que podem direcioná-lo para um lugar quase sem fim, ou seja, a delimitação do tema torna-se algo complicado. Noto que alguns jovens pesquisadores desenvolveram pesquisas a partir de documentação e análises que já estavam presentes em *Matizes*, mas com uma roupagem nova.

Lembro que, em uma das nossas últimas conversas, a Tucci me disse que os temas a respeito do perigo amarelo e dos japoneses na guerra estava caminhando para um “esgotamento” de análises e debates originais, que era

necessário buscar novas searas em um campo historiográfico em construção como é o da História da Imigração Japonesa no Brasil. Eu considero difícil um tema se esgotar, porque há várias interpretações e dimensões possíveis a serem exploradas; o problema é a repetição hoje de algo que foi escrito há vinte anos como se a “roda fosse descoberta”. Até mesmo o caso Shindō Renmei, pois, depois da publicação do meu inventário e do livro do jornalista Fernando Morais, surgiram bons trabalhos acadêmicos ao longo dos anos 2000. Como o trabalho dos historiadores Carlos Leonardo Bahiense da Silva no Rio de Janeiro e Rosangela Kimura no Paraná. Há diversas possibilidades de leituras, mas, do que eu tenho lido, as análises ainda não chegaram ao ponto que eu imaginava que estariam atualmente. Acredito que, para desmistificar a história da Shindō Renmei, ainda há um longo e instigante caminho, enquanto as questões levantadas no *Matizes* encontram-se quase que no limite. Uma observação em relação aos meus dois trabalhos acadêmicos publicados: sobre a Shindō Renmei, houve pouca evolução nas análises nos últimos vinte anos. Por outro lado, a questão do perigo amarelo engatinhou e foi se aprofundando, desdobrando, pois ocorreu um grande interesse pelo tema, principalmente nos últimos dez anos. Leituras de caráter sociológico e antropológico saíram do âmbito acadêmico inicialmente associadas a questões indenitárias, levaram o tema a um certo limite. Por outro lado, a Shindō Renmei permaneceu no âmbito acadêmico e muita coisa se perdeu, como as pessoas que viveram no período. Na época, a Célia Sakurai brincava dizendo para que eu parasse de pesquisar sobre a Shindō Renmei, porque para ela os questionamentos sobre o acontecimento estavam se exaurindo. Ela ficou até feliz quando decidi pesquisar os discursos sobre o Japão, os japoneses e o perigo amarelo no final do século XIX, porque considerava essencial explorar essa lacuna historiográfica, já que não havia muitas pesquisas sobre esse tema. É engraçado porque conversávamos sobre isso há vinte anos e, hoje, percebo o inverso.

Acredito que o trabalho da Márcia ofereceu outra dimensão sobre o tema do perigo amarelo, aprofundada, organizada e histórica com “H” maiúsculo. Se fizermos uma leitura contemporânea associada à questão

identitária, a pesquisa dela é pioneira no fato de que ela era uma historiadora nipo-brasileira, tornando-se um elemento que acabou por criar uma proximidade com o leitor de ascendência japonesa. Na época, certamente não tínhamos nenhuma pretensão ou ideia das leituras e identificações – ou não – que nossas obras suscitariam ao longo dos anos. Quando eu iniciei minhas pesquisas e as pessoas percebiam que eu não era de ascendência japonesa ou não “fazia parte da colônia”, muitos questionavam o porquê do meu interesse pela história da imigração. Era muito interessante como os indivíduos do Bunkyo e do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (CENB) se dirigiam a nós, Márcia e eu. Geralmente, eram pesquisadores de idade avançada – a “velha guarda” dos estudos japoneses no Brasil – que viveram o período que pesquisávamos. Ficávamos até meio intimidados, porque não havia uma interlocução muito direta com eles. Agiam como portadores da verdade sobre a história da imigração japonesa, como um apanágio da comunidade japonesa no Brasil. Só me acostumei com essa maneira de agir devido ao período de vivência no museu, onde eu possuía acesso aos arquivos, como os jornais da comunidade. Enfim, as duas realidades do CENB e do museu eram muito diferentes, apesar de serem localizados no mesmo andar. Isso me ensinou muito no sentido de como lidar, respeitar, pensar e escrever sobre o tema da imigração. Nós tínhamos outros questionamentos na época, inclusive a Márcia possuía vários, como ter ascendência japonesa e não se identificar em muitos aspectos com a comunidade de nipo-brasileiros até certo ponto; ela não queria ser vista como “a nipo-brasileira que pesquisa sobre o perigo amarelo”, mas como historiadora. Não posso falar por ela, infelizmente, porém não sei se a Márcia se identificaria com a maneira como muitos leem e divulgam as obras dela, ou seja, relacionando ascendência da autora à inestimável produção historiográfica dela, como se as feições e o sobrenome importassem.

André: Você possui a percepção de que as produções publicadas a partir dos anos 2000 são diferentes daquelas produzidas pela geração anterior, dos “pais

fundadores", com nomes como de Hiroshi Saito, Takashi Maeyama e Tomoo Handa?

Dezem: Acredito sim. Gostei daquele artigo publicado pelos jovens historiadores Luana Martina Magalhães Ueno e Leonardo Henrique Luiz, pois abordou algumas reflexões que eu também faço hoje³. Até o final da década de 1990, nossas referências principais estavam circunscritas aos trabalhos do Handa, Saito, Suzuki, Maeyama, também da historiadora Arlinda Rocha Nogueira, que analisavam a assimilação e a aculturação dos imigrantes japoneses. Lembro que, na prática, eu me questionava sobre como relacionar esses trabalhos com a documentação encontrada nos arquivos do DEOPS e ao contexto da historiografia sobre a Era Vargas. O trabalho do historiador Flávio Venâncio Luizetto sobre os debates acerca da imigração japonesa na assembleia constituinte de 1933-34 me auxiliou muito; porém, a pesquisa dos pais fundadores era para mim algo meio monolítico, pois parecia que eles estavam dialogando com a comunidade nipo-brasileira, isto é, um diálogo entre intelectuais da comunidade que construíram narrativas importantes, mas quase canônicas. Como eu não me interessava por questões religiosas e nem pelas discussões sociológicas e antropológicas, acabava delimitando bem a bibliografia que eu utilizaria. Mesmo a Márcia, ou o pessoal daquela época, lia esses autores, mas dificilmente discutíamos sobre eles. Assim, a geração anterior já demarcava certo distanciamento para nós. No entanto, o livro comemorativo *Uma Epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil* e as obras do Tomoo Handa se tornaram uma espécie introdução ao universo dos estudos sobre a imigração japonesa. Penso que o Handa, por ser um cronista, versava sobre informações e fatos que espelhavam o cotidiano de muitos imigrantes, mas autores como Takashi Maeyama e Hiroshi Saito focavam em certos pontos relativos à comunidade nipo-brasileira que, pelo menos para mim, não interessavam *a priori*. Portanto, dialoguei em vários momentos muito mais com a obra do Handa, e da já citada Arlinda Rocha Nogueira. Há um caso pitoresco de quando o *Matizes* foi publicado em 2005. A editora Humanitas/USP pedia o endereço para enviar os livros e uma das

peessoas que pedi para que encaminhassem era a professora Arlinda, porém eu não a conhecia pessoalmente. Um dia na Casa de Cultura Japonesa da USP, onde o professor e advogado Masato Ninomiya – outra pessoa relevante na minha trajetória –, a Arlinda e a professora Tae Suzuki estavam fazendo uma apresentação. Decidi ao final me apresentar a ela. Ao ouvir meu nome, a Arlinda me reconheceu dizendo que eu havia a considerado como a “velha guarda” dos estudos imigratórios japoneses, porque na introdução do meu livro eu discorro que há uma velha guarda, pioneira nesses estudos, cuja contribuição é importante, mas que, no contexto da minha pesquisa, eu queria seguir um caminho além desse universo de debates. Hoje, com o amadurecimento e o distanciamento no campo das pesquisas e produções acadêmicas sobre o tema, é perceptível o que se tornou referência e o que se perdeu pelo caminho.... Todavia, em minha concepção, eu sabia que estava fazendo algo que não era atrelado àqueles debates que são significativos no contexto histórico das décadas de 1950, 1960 e 1970. Contudo, nos anos 1980 e 1990, esses debates não possuíam muita lógica para mim pensando em meu trabalho como historiador. Eu pensava que precisaria construir um caminho a partir da história do Brasil como eixo e, depois, buscaria na história da imigração o que precisasse. Sendo assim, os trabalhos anteriores não me ajudaram muito na pesquisa, ainda que fossem significativos.

Acredito que, no fim dos anos 1990 e início dos 2000, ocorreu um processo de transição. O livro do Lesser produziu um grande eco. Salvo raras exceções, a partir de 2000, boa parte da produção acadêmica no campo da História, Antropologia e Sociologia cita a obra do Lesser, ao contrário das obras do Saito. Como disse, o artigo da Luana e do Leonardo explicita bem essa questão das novas discussões, das novas necessidades e interrogações para se entender a história da imigração japonesa, que são outras. É possível dizer a mesma coisa de *Matizes*, que foi produzido, deu frutos e cumpriu sua missão. Do mesmo modo, a história da imigração japonesa atingiu um ponto de maturidade que não existia nos anos 1990. Havia o debate antropológico, em que a Sociologia reinava; a área de Letras era muito mais voltada para a tradução, estética e linguística. Dessa forma, em termos de História da

imigração japonesa, os últimos dez anos foram, na minha opinião, um momento de diversificação e maturação de pesquisadores, por exemplo o seu trabalho de pesquisa, Richard. É possível afirmar que os anos 1990 foram um momento difuso da historiografia da imigração japonesa, na medida em que bebíamos de bibliografias que foram produzidas nos anos 1950, 1960 e 1970. Por ser um momento difuso e transitório, não havia o Lesser sedimentado como pensador, mas havia Saito e Maeyama que haviam perdido o frescor das ideias e dos debates. Outro trabalho foi o de Francisca Isabel Schurig Vieira, que focava a cidade de Marília durante os anos de 1964 e 1966; eu li, porém não fui muito além. Portanto, *Uma Epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil* foi minha obra introdutória, principalmente sobre a Shindō Renmei. Nos momentos de crise, eu relia trechos dessa obra ou conversava de maneira informal com as células. Assim, o período entre 1995-2005 foi marcado pela diversificação das produções acadêmicas.

A Márcia e eu estávamos nesse contexto, mas não possuíamos ideia desses novos direcionamentos, porque queríamos mais responder às nossas questões sobre a imigração e, ao mesmo tempo, consolidar a nossa experiência e vivência como historiadores iniciantes. Desse modo, fomos nos baseando no material que existia e tentávamos apresentar outros olhares; não algo inédito, mas buscando juntar as peças que não haviam sido usadas, ou seja, temas que foram debatidos, mas não se relacionavam ou se associavam mais efetivamente a um contexto maior da história brasileira. Percebemos que seria produtivo seguir esse caminho, uma vez que a historiografia já produzida era mais voltada para o universo do imigrante e dos descendentes, não possuindo ecos fora desse meio. Atualmente, observo que há um enorme eco quando se aborda a história da imigração japonesa. Um dos motivos para isso foi a pesquisa ter saído do espaço de São Paulo, com instituições como USP, UNICAMP e UNESP, e a emergência de outros centros de referência de pesquisa histórica sobre o tema como o Norte do Paraná e o Rio Grande do Sul.

André: Atualmente, você leciona na Universidade de Osaka. O que levou à docência no Japão?

Dezem: Como iniciei afirmando nesta entrevista, eu nunca imaginei que estaria por aqui, o que é semelhante à minha trajetória acadêmica – sem objetivos a longo prazo –, voltada para a pesquisa sobre a imigração japonesa. Eu tenho uma amiga da época da USP, a professora Fernanda Torres Magalhães, que pertencia à primeira geração do PROIN de pesquisadores. Salvo engano, após a defesa da dissertação de mestrado, ela trabalhou no arquivo do IEB/USP. Um tempo depois, a Fernanda veio para cá a convite de uma professora de Literatura Brasileira do Departamento de Português da extinta Universidade de Estudos Estrangeiros de Osaka, que estava fazendo pesquisa no instituto. Antes da partida dela brincávamos que, quando ela voltasse para o Brasil, poderia me convidar para dar aulas no Japão e ficou por isso mesmo; era uma conversa informal. Enquanto isso, meses depois da defesa de minha dissertação de mestrado, ocorrida em abril de 2003, graças ao meu currículo que equilibrava experiência em docência e pesquisa, fui indicado para trabalhar como professor de História do Brasil na reputada escola americana, a Escola Graduada de São Paulo no Morumbi. Curiosamente, na mesma época, estava com um pé no tradicional Colégio Bandeirantes para ser professor nos dois últimos anos do Ensino Médio, mas preferi o desafio das aulas em ambiente novo para mim e optei pela Escola Graduada. Profissionalmente, pela primeira vez, aos 30 anos de idade, me senti estabilizado, pois havia na escola uma possibilidade promissora de carreira como professor; dessa maneira, a ideia de um dia ir para o Japão a visita ou pesquisa ficou em terceiro plano. Até mesmo escrever o projeto de doutorado e dar uma continuidade “natural” à minha carreira de estudos imigratórios no âmbito acadêmico foram adiados. De forma que, a partir de 2004, foi ocorrendo um distanciamento do meio acadêmico e também do voluntariado no museu de imigração e fui me afirmando na prática da docência.

Quando a Fernanda planejava voltar para o Brasil, em um encontro nosso em 2009, ela me perguntou se eu tinha interesse em ministrar aulas no departamento, o que era basicamente muito do que eu já realizava na escola americana. Minha esposa e eu conversamos e aceitei me candidatar à vaga no ano seguinte. Portanto, fui para o Japão para ministrar aulas no Departamento de Língua Portuguesa da Universidade de Osaka, onde desde 2010 sou professor de Conversação, História e Cultura brasileira. No cotidiano da universidade, eu tenho liberdade para montar o meu currículo e pretendi desde o início criar um curso sobre história da imigração japonesa no Brasil. Então, finalmente eu poderia aplicar e desenvolver o que eu pesquisei e criar um espaço de diálogo com os meus estudantes – todos japoneses. É curioso que esse curso ocorre desde 2013, já possui dez anos, mas parte, sobretudo, da mesma problemática: a ideia e o impactos históricos, culturais e sociais da imigração japonesa no Brasil. O conhecimento prévio do tema entre os meus alunos é muito diluído, mesmo existindo uma comunidade enorme de nipo-brasileiros por aqui. Eles, principalmente os jovens, não sabem realizar uma conexão consistente entre a comunidade brasileira que vive aqui com a história da imigração para o Brasil. Isso não é debatido. Algumas escolas citam isso no currículo, o que, contudo, ainda não é o suficiente para suscitar maiores reflexões ou debates.

Quando inicio o curso, percebo que eles possuem uma visão do imigrante como um perdedor, aquele indivíduo que não se adaptou às realidades da modernidade japonesa pós-Meiji (1868) e, desse modo, teve que emigrar. É uma percepção negativa e, de certa forma, preconceituosa sobre o imigrante. Assim, o objetivo do curso é tentar desconstruir essas representações e oferecer um mínimo de base para que os jovens pensem não somente a realidade dos nipo-brasileiros no Japão, mas também o processo histórico de uma forma mais ampla. Por se tratar de um *major* em Letras Português, o curso é bem introdutório devido às leituras (artigos curtos) e pela curta duração (quinze aulas cada semestre). Nas últimas três aulas, abrimos para a discussão e os alunos poderiam escolher temas; dividimos em dois períodos: pré e pós-guerra. Eles se entusiasmaram com os estudos sobre o

período pré-guerra, uma vez que percebem que a maioria dos japoneses eram agricultores e, como resultado, alguns orientandos meus partiram para pesquisar sobre as cooperativas, repressão aos japoneses na era Vargas, perigo amarelo, Shindō Renmei e questões indenitárias; a partir disso, surgiram alguns bons Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Além das aulas no campus, às vezes visitamos a Hospedaria dos Imigrantes em Kobe.

A questão do perigo amarelo é um tabu, principalmente quando trabalhamos a questão da guerra e do imperialismo japonês. Além disso, quando analisamos imagens e filmes relacionados à repressão aos imigrantes japoneses no Estados Unidos e no Brasil, percebe-se um silêncio na sala. Eles sabem que isso aconteceu, mas não possuem ideia sobre como ocorreu e os seus impactos, o que se torna uma descoberta para muitos. Quando eu comecei o curso, a maioria dos alunos não imaginava o que era a Shindō Renmei. Somente nos últimos cinco anos começaram a aparecer nos mangás algo sobre o imigrante no Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Para eles entenderem a questão, eu apresento o filme *Corações Sujos*, apesar de ter as minhas críticas a respeito, e lemos trechos do homônimo livro do Fernando Morais.

No segundo semestre, trabalhamos com a questão de identidade, especialmente considerando que têm surgido discussões sobre aspectos como a minoria modelo no Brasil. Para os alunos, é muito difícil compreender a noção de identidade como algo flexível, transitório e cultural; assim como nas conversas em sala sobre o conceito de *nihonjinron* e sua mística do “povo de Yamato”. O desafio da garotada é compreender na dimensão antropológica a identidade nipo-brasileira ou nikkei ou... sua transição, negociação e inserção dos imigrantes na sociedade brasileira. É árduo flexibilizar o pensamento dos alunos com relação aos significados dos conceitos de identidade – que para eles está estritamente ligado à nacionalidade – e o que é ser nikkei e japonês; são alguns dos desafios das aulas. Percebo que, algumas vezes, há uma barreira linguística, já que as minhas aulas são em português e eles possuem um nível intermediário da língua. Assim, não é possível aprofundar muito em algumas discussões, visto

que utilizo artigos mais em português e inglês do que em japonês. Entretanto, na última década, senti uma evolução nas turmas, que possuem um maior *background* no que diz respeito aos estudos imigratórios de forma mais universal. No começo das aulas em 2010, eu achava mais desafiador, mas depois fui me ajustando ao cotidiano das aulas e do trabalho em uma universidade de ponta japonesa.

André: Ser docente numa universidade japonesa possui diferenças em relação à experiência no Brasil?

Dezem: Apesar de ter ministrado aula em uma escola de elite e tendo contato com estudantes de várias nacionalidades por seis anos, algo que me possibilitou um crescimento e amadurecimento como professor, o significado de educar e a vivência universitária por aqui me expôs a desafios e aprendizados de certo modo diferentes. Falando da minha experiência como docente em um curso de ciências humanas, o modo como os jovens japoneses enxergam a universidade é bastante diferente da forma em que a vislumbramos no Brasil. Por exemplo, os cursos de graduação são, além do aprendizado de uma língua nova, um importante momento para a socialização desses jovens, na medida em que eles se esforçaram muito para entrar na universidade nacional de prestígio, com exceção de áreas como Medicina, Engenharia e Direito, que são muito concorridas e possuem uma carga mais intensa de estudos. Ao entrar em uma universidade, como Universidade de Osaka (também chamada de Handai), considerada a terceira ou quarta melhor universidade do Japão, muitos estudantes “baixam a guarda” nos estudos, pois acreditam que já têm encaminhada a possibilidade de um bom emprego. Portanto, existe um certo pragmatismo. Além disso, o estudante japonês, desde criança, mantém aquela respeitosa relação de professor e aluno na qual se imagina que o docente é o detentor do saber. Se está naquele cargo é porque sabe muito. Dessa forma, raramente os alunos perguntam ou problematizam uma discussão em aula; porém, se ocorre algum problema e o aluno nota que você não detém todo

o conhecimento que ele esperava, ele se distancia. Assim, não há muito diálogo, verbalizar o dissenso é algo raríssimo em aula, o que é bem distinto da realidade brasileira.

Quando questiono sobre a imigração, observo que eles articulam o pensamento, mas não o expressam, mesmo que eu deixe em aberto para que perguntem em português ou inglês e até em japonês. Assim, o ambiente universitário no Japão muitas vezes não é de debate ou de troca de ideias, sendo ainda muito verticalizado. A título de exemplo a partir da minha vivência, se eu disser que a imigração japonesa começou no Brasil em 10 de janeiro de 1920, geralmente ninguém terá a preocupação de pesquisar e problematizar, pois confiam no *sensei*. No começo, isso era muito complicado e frustrante para mim, já que, como eu disse, trabalhei por seis anos na escola americana com um currículo internacional onde os alunos eram estimulados a construir retóricas e apresentá-las de modo claro e consistente. Na Escola Graduada, eu iniciava a aula com alguma problematização e, em menos de quinze minutos, já havia três ou quatro alunos interagindo com o tema da aula.

Porém, eu destaco o respeito que os alunos japoneses possuem para com os professores, facilitando a criação de boas relações. Ao criar essas relações, conseguimos caminhar juntos com o aluno, aumentando a confiança, algo que está muito relacionado com a filosofia de origem confucionista de *senpai* e *kōhai*⁴. Como ministro aulas desde o primeiro até o quarto ano, acompanho todo o processo de desenvolvimento acadêmico dos alunos

Inclusive, em brincadeira com eles, pergunto qual período da história japonesa eles gostariam de se aprofundar academicamente e o período Edo é sempre muito citado; quase ninguém fala dos períodos Taishō (1912-1926) ou Shōwa (1926-1989); noto esse grande *gap* no modo como a história do país é muitas vezes lecionada aqui antes da universidade. É curiosa a maneira como os japoneses percebem e lidam com a História. Isso ocorre também com a própria comunidade japonesa no Brasil. Claro que estou falando de sujeitos que não são ligados ao campo histórico. Os alunos memorizam tudo e

seguem uma série de normas automáticas, inexistindo um raciocínio mais abstrato, dialético.

Com o curso sobre imigração, eu me sinto realizado por ter a possibilidade de falar sobre esse tópico da História do Brasil ligado à minha pesquisa para um público japonês. Se eu estivesse no Brasil, não sei se teria essa mesma oportunidade. Contudo, é complicado desmistificar a imagem negativa da imigração ou da história oficial de que os imigrantes “venceram”. Por isso, tento apresentar fatos históricos, narrativas não oficiais e algumas fontes primárias para apresentar a complexidade da vida dos imigrantes que sofreram dificuldades ao emigrar para o Brasil. Lemos nas aulas, por exemplo, as obras *Sōbō*, do jornalista Tatsuzō Ishikawa, e *Mata das Ilusões* do Masao Daigo para introduzir o debate.

André: Parece-me que é aquilo que Jörn Rüsen aborda sobre a consciência histórica. No caso dos japoneses, seria uma consciência do tempo que parece ser de um período mais antigo e que pouco gira em torno de uma história recente.

Dezem: Quando penso em como ocorrem as dinâmicas de pensar ou estudar a História por aqui, as conexões que boa parte dos meus alunos fazem é com uma história ligada a personagens ou fatos que representaram algo de importante, mas dificilmente conseguem associar isso à realidade cotidiana ou a uma consciência histórica que fizesse sentido para eles. Por exemplo, quando falamos de personagens históricos japoneses, comumente são citados Oda Nobunaga ou Toyotomi Hideyoshi associados a um específico e importante momento da história do Japão. Porém, quando peço para que citem alguém do Período Meiji (1868-1912), eles têm dificuldade; alguns citam Fukuzawa Yukichi – sua efígie está na cédula de dez mil ienes – ou Saigo Takamori, o “último samurai”, mas não conseguem associar a relevância histórica dos mesmos de forma mais crítica. Por que a imagem de Fukuzawa está na cédula? É como se o processo histórico tivesse representatividade para eles em apenas alguns e pontuais momentos, algo monolítico, como se

tudo ou quase tudo pudesse ser representado apenas pela Era Edo. Geralmente, os alunos japoneses não foram ensinados a pensar ou discutir sobre o processo histórico, sua representatividade e a construção de uma consciência histórica dinâmica. Assim, o pensamento japonês tende a afastar aquilo que poderia desorganizá-lo, como se fosse anarquizar a maneira de se pensar a história. Para muitos dos estudantes, é muito difícil pensar – ao invés de memorizar – as possibilidades dentro de um contexto histórico e suas relações entre diferentes períodos; eles até se esforçam para compreender esse processo dialético, porém não verbalizam. Não estou querendo sugerir que o aluno seja apenas um receptáculo vazio e que apenas recebe informações, mas, no Japão, o discente fica preso naquilo que o livro e o professor apresentam, pois respeitam muito a autoridade. O pensamento crítico, vital para o estudo da História, é pouco praticado e desenvolvido aqui. Existem raros casos de alunos que se se expõem durante as aulas, criticam e falam; contudo, sofrem uma espécie de ostracismo depois.

Como professor estrangeiro, tento criar um ambiente em que haja essa possibilidade de verbalização em português, o que às vezes funciona. No entanto, a postura do aluno é decorrente de um processo já tradicional de educação em ciências humanas, sendo quase impossível em quinze aulas você mudar a maneira como o aluno pensa e reflete sobre o saber histórico e construa argumentos sobre o que ele está aprendendo. A questão não é o conteúdo, mas mudar a forma como os alunos pensam não apenas em termos linguísticos, mas também na interlocução. Especialmente considerando que o curso em que trabalho não é de História e sim de Língua, o importante é eles entenderem o que estou falando, compreender a matéria e se expressarem em português. Percebi que muitos professores brasileiros visitantes aqui tiveram dificuldades em ministrar seus cursos inicialmente, porque são oriundos do espaço universitário brasileiro e tentaram ministrar suas aulas aqui como se estivessem no Brasil. Já tive colegas brasileiros de reputadas universidades públicas brasileiras que vieram como professores visitantes; e após quase um semestre, alguns alunos me diziam que não haviam compreendido a aula do professor B, apesar de terem entendido o

português falado por ele. Dessa maneira, pensando nesse contexto pedagógico, a didática por aqui é muito essencial. Eu aprendi muito, a minha didática mudou e a forma de interpretar e ensinar sobre a imigração japonesa é diferente por aqui, pois as necessidades dos meus alunos são outras também.

André: Essas características se refletem na produção acadêmica em História?

Dezem: Como eu não leio em japonês, posso falar dos trabalhos publicados em inglês. Noto que a metodologia de pesquisa, a maneira de se debater História e a hierarquização no espaço acadêmico japonês propiciam um modo diferente do nosso de se produzir pesquisas históricas, seguindo certos padrões de análise ou de discussão que diferem da forma que discutimos. O que eu percebo é que alguns historiadores ligados à imigração produzem trabalhos muito mais informativos e descritivos, com uma série de dados e pouca análise, o que considero pouco estimulante para a reflexão.

Eu faço parte da Associação Japonesa de Estudos Luso-Brasileiros e possuímos encontros a cada semestre, sendo possível fazer apresentações em português ou japonês. Notei que, quando meus colegas japoneses fazem as suas apresentações em português, eles seguem o mesmo padrão daquelas realizadas em japonês, isto é, o tema vai se fechando, delimitando, sem buscar a provocação, praticamente dando pouca margem para aquele tema ser discutido. Parece que a forma se sobrepõe ao conteúdo por aqui.

Além disso, os livros didáticos de História precisam ser aprovados pelo governo e são os mesmos em todas as escolas, havendo uma uniformização. Isso acaba refletindo na maneira como se pensa e se reproduz a consciência histórica. Eu tenho alguns livros de história do Japão usados no Ensino Médio, eles são ricamente ilustrados com tabelas, imagens e fotos, mas voltados basicamente para a memorização e isso influencia até na maneira como os alunos produzem os seus trabalhos de conclusão de curso na universidade, em japonês chamados de *sotsuron*. Muitos trabalhos acabam por ser longos textos descritivos, contendo uma série de informações e dados históricos, mas

os estudantes geralmente não compreendem claramente as relações e quais os principais pontos de inflexão, ocorrendo até plágio porque, para muitos deles, seria algo natural. Logo que iniciei meu trabalho por aqui, um aluno até argumentou que praticou isso durante todo Ensino Médio todo e não conhecia nem a palavra “citação”. Portanto, alguns TCC são fracos, pois apenas inserem informações, inexistindo análise, discussão, citação ou o uso da fonte. Inicialmente, muitos dos alunos, incluindo os meus, consideram isso como produzir um trabalho de História, já que é a forma como a aprenderam. Por outro lado, há excelentes trabalhos também que demonstram o domínio dos métodos de pesquisa em história, habilidades linguísticas acima da média em português e capacidade de análise crítica do tema escolhido.

No âmbito da universidade, há algumas diferenças. Lembro de alguns colegas japoneses que ministravam aulas de História do Brasil em japonês e eram referências entre os professores; porém, em suas aulas, notava-se apenas um excesso de informações, não no sentido de mostrar que dominam o conteúdo, mas uma questão de memorização. Eu falo para os meus alunos que nomes e datas são irrelevantes e que é necessário saber como, porquê e os meandros do processo histórico.

André: Você poderia discorrer sobre as suas pesquisas recentes? Quais são seus novos interesses de pesquisas?

Dezem: Desde que eu terminei o mestrado e com a publicação da dissertação, não tive muitas oportunidades para dar continuidade à pesquisa ligada à imigração. Até cogitei retomar o tema da Shindō Renmei em um provável doutorado, porque já estava mais amadurecido e possuía mais experiência. No entanto, a docência em uma escola como a Graduada tomava muito o meu tempo e aí surgiu a oportunidade de ir para o Japão, então fui produzindo artigos a partir de um material que já tinha e ficou mais como uma continuidade do que eu já havia escrito e produzido. Aqui no Japão, já adaptado à realidade do país, me interessei mais pela História do Japão, deixando de lado a imigração.

Embora a fotografia sempre tenha feito parte de minha vida – pois sempre tive interesse pela obra de alguns fotógrafos como Henri Cartier-Bresson, Robert Capa e W. Eugene Smith –, só comecei a fotografar no Japão. Lia e comprava alguns livros sobre fotografia, mas a parte conceitual e teórica não me despertava curiosidade. Progressivamente aqui no Japão, descobri os fotógrafos japoneses e a dimensão da própria fotografia japonesa, principalmente aquela produzida pelo fotógrafo Daidō Moriyama. Lembro que fiquei muito impressionado com a primeira exposição dele que vi, pois na época nunca havia visto uma maneira se representar a cidade em imagens monocromáticas tão dissociadas daquilo que estava acostumado a considerar como fotografia de rua. Era uma exposição em Kobe em 2012. Ninguém na universidade, alunos ou professores, possuía ideia de quem era o tal do Moriyama (risos). Foi a partir daí que comecei a correr atrás das publicações sobre o Moriyama e de outros fotógrafos japoneses da época (1960-1970) pesquisando, lendo e adquirindo obras e fotolivros referentes ao período. Fui descobrindo um universo totalmente novo para mim e quase me tornei um *otaku*...

Por volta de 2012 ou 2013, ocorreu uma popularização da fotografia japonesa, um *boom* internacional e eu já estava “surfando” essa onda meio que sem perceber. Nesse contexto, percebi que existia um campo a ser desenvolvido, voltado para alguma pesquisa nova, explorar de forma mais efetiva e acadêmica o universo da fotografia. Inclusive, nossa primeira produção acadêmica, Richard, foi aquele artigo sobre Haruo Ohara, quando notei um caminho de pesquisa possível para mim⁵. Desde 2015 e 2016, a fotografia japonesa tornou-se meu objeto de interesse e pesquisa. Nesse âmbito, a parceria entre mim, você e o Lucas Gibson, bem como a troca de conhecimento em nosso jovem grupo de estudos e pesquisas sobre fotografia japonesa⁶, tem se mostrado um espaço perfeito para alavancar futuras produções no campo da história visual japonesa a partir a fotografia.

Acredito que o universo da fotografia japonesa, desde os seus primórdios na década de 1850, seja um campo ainda a ser explorado, principalmente em língua portuguesa, e isso me atrai pela possibilidade de me

aventurar com nosso grupo por novos caminhos. Desde 2015 e 2016, muita coisa boa e “fresca” sobre o tema vem sendo publicada, principalmente a partir de pesquisadores estrangeiros. Defendo que é um campo bastante promissor, algo muito parecido com a época em que comecei a pesquisa sobre a Shindō Renmei. Contudo, já existe uma historiografia sobre a fotografia japonesa em inglês, francês e japonês, que contempla principalmente o período a partir da década de 1910. Desse modo, acredito que nós três objetivamos explorar e divulgar a história da fotografia japonesa para um público de língua portuguesa. É desafiador transformar um tema tão amplo em algo palatável tanto para o público acadêmico como para o geral, ou seja, possibilitando a introduzir o tema ao público brasileiro.

Como historiador, penso que é necessária uma renovação nos caminhos de pesquisa; foi o que eu fiz com o tema da imigração, pois acredito que já contribuí da melhor forma possível nesse campo. Desde a graduação, pensava que queria colaborar com algo novo, um olhar diferente e abrir um caminho, sem a pretensão de ser inédito, porque acredito que isso pode vir a ser uma armadilha para o historiador. Noto que, com a fotografia, será possível trilhar um novo caminho, não apenas com a fotografia japonesa, mas também com as imagens produzidas por fotógrafos da comunidade japonesa, como o caso do Haruo Ohara.

André: Haruo Ohara une dois universos para você: a fotografia e a imigração.

Dezem: Sim, essa foi uma boa surpresa. Eu já havia ouvido falar do Haruo Ohara, mas não possuía ideia da dimensão e da representatividade do trabalho. Não sabia da existência das produções acadêmicas, como aquela do historiador Rogério Ivano⁷; por viver no Japão, acabo ficando muito distante do universo acadêmico brasileiro em muitos aspectos. Essa questão da fotografia do Haruo Ohara foi uma espécie de ponte, inclusive tive contato com os seus trabalhos, Richard, e comecei a pensar na relação entre fotografia, imigração e Brasil. Algo que eu nunca havia imaginado como material de pesquisa, tive que partir da fotografia japonesa para chegar à

fotografia do imigrante. Vejo como um campo muito promissor e que estamos Tateando. Destaco também que o fato de estarmos trabalhando a fotografia japonesa torna-se desafiador porque nossos referenciais estéticos e acadêmicos advêm de uma realidade diferente, a brasileira.

NOTAS

¹ *Sansei* é a designação para se referir à terceira geração de nipo-descendentes no Brasil (nota do editor).

² A referência é ao livro *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Embora tenha sido originalmente publicada em 1999, a tradução para o português foi lançada em 2001 pela Editora da UNESP (nota do editor).

³ Trata-se do artigo *O campo historiográfico da imigração japonesa: alguns delineamentos*, publicado em 2021 na *Revista de História da UEG*.

⁴ No Japão, é comum que o indivíduo que passa a integrar determinado grupo seja submetido socialmente a um *senpai*, isto é, um membro mais antigo e experiente naquela comunidade. O interessante é o *kōhai* (nota do editor).

⁵ O artigo em questão, escrito em coautoria entre Dezem e André, intitula-se *A impermanência no olhar do fotógrafo-imigrante Haruo Ohara (1909-1999)*, publicado no *Studies in Language and Culture* em 2018 (nota do editor).

⁶ Trata-se do Grupo de Estudos de Fotografia Japonesa Kaigen, cadastrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq (nota do editor).

⁷ A referência é ao livro *Lavrador de imagens: uma biografia de Haruo Ohara*, publicado em 2003 e escrito em coautoria entre Rogério Ivano e Mascos Losnak.